

PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA

2017-2020



ÍNDICE

PEE - CONTRIBUTOS PARA UMA ATITUDE CRÍTICA

PARTE I: CONSTRUIR O PROJETO EDUCATIVO

1. Introdução

2. Missão / Visão

PARTE II: CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO

1. Meio Envolvente

2. Caraterização da Escola

2.1. Alunos

2.2. Sucesso académico

2.3. Contexto social dos alunos

2.4. Recursos humanos

2.4.1. Pessoal docente

2.4.2. Pessoal não docente

2.5. Recursos – caracterização física e humana da Escola / instalações / equipamentos

2.6. Oferta educativa

2.7. Atividades de enriquecimentos curricular

PARTE III – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

1. Análise SWOT

PARTE IV – PLANO ESTRATÉGICO

1. Áreas de intervenção

2. Práticas orientadoras da ação educativa

PARTE V: AVALIAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

PARTE VI: APROVAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

WEBGRAFIA

Por Eduardo Guimarães

DA NATUREZA DOS PROJETOS EM GERAL

A palavra projeto vem do verbo projetar, lançar-se para frente e está associada à ideia de movimento, de mudança. A sua origem etimológica confirma essa forma de entender o termo projeto que "vem do latim projectu, participio passado do verbo projecere, que significa lançar para diante". O projeto representa o laço entre presente e futuro, sendo ele a marca da passagem do presente para o futuro. Como diz Moacir Gadotti (cit por Veiga, 2001, p. 18), "Todo projeto supõe rutura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas ruturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores."

*1

Em certa medida, podemos afirmar que o ato de projetar é inherentemente humano. Trata-se de uma atividade natural e intencional que o ser humano sempre utilizou para procurar solucionar problemas e construir conhecimentos. De tal modo que podemos afirmar que o ato de projetar é, talvez, a marca distintiva da espécie humana. Contudo, só agora - decorrente talvez da velocidade estonteante com que, hoje, tudo muda - assistimos a uma inebriante e generalizada promoção da "cultura do projeto", onde as condutas de antecipação para prever e explorar o futuro é constante. Toda gente faz e anda envolvida em projetos, mesmo que nunca tenha despendido trinta minutos de reflexão crítica sobre a verdadeira natureza desse ato. O ato de projetar tornou-se uma componente ideológica central da sociedade deste início do século. Isso significa que enquanto "objeto social" adquiriu a capacidade de ser um elemento da ação que dispensa a análise crítica. Essa é, de resto, a marca da condição do que é "ideológico": afigura-se como sendo do domínio do óbvio, do "natural". E aqui reside o caráter paradoxal desta questão: ao ideologizar e consequentemente, banalizar o ato de projetar, a sociedade contemporânea retirou a esse mesmo ato a sua capacidade de promover a mudança, sobretudo quando implica ruturas com o instituído. Ao ponto de, em certas circunstâncias, o poder solicitar (ou, encomendar?) projetos como forma de ganhar tempo para que nada mude. Hoje, faz-se ou solicita-se projetos pelas mesmas razões por que se criam comissões: para que tudo continue na mesma. Por esse motivo, qualquer projeto que não assente numa profunda análise crítica deste pano de fundo em que nos movemos

arrisca-se a gerar frustrações ou a convidar a desinvestimentos anímicos. A banalização do projetar e repetidas experiências de infrutíferos projetos geram a descrença na capacidade de eles promoverem a mudança de seja o que for. Existe um outro aspecto relacionado com esta banalização dos projetos que deve ser devidamente ponderado já que está na base de um grande desgaste psicológico dos habitantes do século XXI: esse constante apelo para se criar projetos para tudo e mais alguma coisa gera, cada vez mais frequentemente, angústias que resultam da nossa incapacidade de prever face ao caráter volátil de muitos fatores que necessitamos ponderar para delinear a ação de forma proativa. Para os que pressentem o desajustamento entre o projeto e o presente incompreendido e/ou o futuro imprevisível, e sobretudo, para aqueles que, por demasiadas vezes, experimentaram o amargo sabor da incapacidade de intervir e alterar efetivamente o real, é muito difícil embarcar na ação transformadora que os projetos enquadram e prometem tornar possível, pois que estes surgem aos seus olhos como puros devaneios, exercícios verbais, declarações de intenções ou instrumento demagógico ao serviço do "status quo".

Apesar destes condicionalismos e destes nefastos efeitos da ideologização do ato de projetar, ou melhor, precisamente devido a esses condicionalismos e efeitos da ideologização do ato de projetar, nunca se deve esquecer que qualquer projeto se apresenta como a mola de um dinamismo que se pretende criar, isto é, um instrumento indispensável de ação e transformação. A solução não está, pois, em deixar de fazer projetos, mas sim de os fazer de forma a salvaguardar a sua vocação que deve ser inherentemente transformadora. Negar ou desvalorizar esta característica essencial de qualquer projeto é negar a sua própria natureza e, não raro, embarcar em farsas mais ou menos bem encenadas de que a sociedade do espetáculo, de que falavam Guy Debord e Jean Baudrillard, se tornou fértil. Retenhamos, pois, duas ideias fundamentais: os projetos não valem "per se", mas sim pela sua capacidade efetivamente transformadora e quem transforma o real são as pessoas, sendo que o empenho e o envolvimento das pessoas só são possíveis se forem asseguradas determinadas condições societais. Nenhum projeto social subsiste à falta de esperança e de convicção daqueles que o devem materializar.

DA NATUREZA DO PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA

O Projeto Educativo de Escola, inscreve-se numa determinada conceção de escola que tem acompanhado, nas últimas duas décadas, a crescente evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração das escolas. No contexto português, o P.E.E. surge essencialmente como um “Documento pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência e unidade da ação educativa.”² Quer dizer, o Projeto Educativo de Escola apresenta-se como “um documento fundamental da política interna de cada escola/agrupamento, cuja finalidade é apresentar e explicar as linhas orientadoras da atividade educativa e o modo como se combina com as linhas da política nacional, e mostrar em que medida cada escola/agrupamento se propõe assegurar a continuidade dos seus projetos e intervenções bem sucedidas, isto é, das suas boas práticas, e estabelecer novas metas de desenvolvimento. (...). Em síntese, o Projeto mostra sobre o quê, e como, a escola refletiu ao analisar-se a si mesma, clarificando o plano de ação que pretende desenvolver para manter e, se necessário, melhorar a qualidade do serviço que presta.”³ Como afirma Maria B. Canário, “O Projeto Educativo de Escola foca o desenvolvimento da organização escolar no seu conjunto (...). É relativo ao seu governo e organização, expressando a sua identidade como instituição, as finalidades que a norteiam, as metas que escolheu e os meios que se propõe pôr em prática para as atingir.”⁴

Em suma, para que um P.E.E. desempenhe efetivamente as funções acima referidas, e não se esgote como um mero documento administrativo que não marca o quotidiano da escola, é essencial que ele emerja como um ato intencional coletivamente estabelecido e que, por isso, passe a ser um compromisso de todos. Isso implica que seja na “dinâmica de construção do Projeto, que se

negoceia e se decide a lógica de funcionamento da escola” e que o “modo como se desenvolve este processo, traduz-se na orientação educativa global da escola.”⁵

Se é isso que realmente se pretende, então a escola tem de assegurar muitos e diferenciados requisitos para que o P.E.E. seja entendido e vivido como “um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do quotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa”⁶. Isso só é possível se se mobilizar a ação de todos os agentes da instituição e da comunidade educativa. Porque “A elaboração de um projeto educativo não representa um problema ou uma solução técnica, mas uma tentativa de implicação de uma comunidade educativa: professores, alunos, encarregados de educação, etc.”.⁷

Por se tratar de um projeto, o P.E.E. apresenta propostas, ou seja, é inacabado, inconcluso, dialético. Estas características requerem que o próprio P.E.E. estabeleça os mecanismos da sua avaliação e se abra à correção, uma vez que é da sua natureza ser “um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.”⁸

Calheta, 24 de fevereiro de 2014

*1 VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

*2 COSTA, Jorge (1991). Gestão escolar – participação, autonomia, projeto educativo de escola. Lisboa: Texto Editora.

*3 in “Contributos para a Construção do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades da Escola ou Agrupamento de Escolas”, Unidade de Acompanhamento de Regime de Autonomia Administração e Gestão das Escolas, Ministério da Educação, março de 1999.

*4 CANÁRIO, Maria Beatriz (1999). Construir o projeto educativo local: relato de uma experiência. Cadernos de organização e gestão escolar. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

*5 BERTA S. F. Fontes, Documento Policopiado

*6 VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995. p. 143

*7 PACHECO, José A. (2001). Currículo: Teoria e Práxis. Porto: Porto Editora

*8 GADOTTI, Moacir (2001). Um Legado de Esperança p. 34

PARTE I: CONSTRUIR O PROJETO EDUCATIVO

1. Introdução

O Projeto Educativo de Escola é um instrumento que determina e espelha a identidade de qualquer estabelecimento de ensino. Assim, pela conformidade do quadro legal em vigor com a situação efetiva da Unidade Orgânica, expressa o modelo geral de organização, os objetivos pretendidos, metas estabelecidas e, enquanto instrumento de gestão, é o documento que reflete a lógica e a unidade da ação educativa da Unidade Orgânica.

Considera-se, pelo exposto, relevante, ou mesmo determinante, a caracterização da comunidade restrita e envolvente, nas suas múltiplas valências, na medida em que o entendimento da Unidade Orgânica com uma comunidade educativa que se pretende interveniente, em todas as fases da sua elaboração, concretização e avaliação, é fundamental.

O Projeto Educativo de Escola deve, igualmente, assentar em princípios de um profundo realismo, flexibilidade, eficiência, capacidade de diálogo, nas suas múltiplas e ínfimas variantes e democraticidade de processos, constituindo, em si, um campo de intervenção mobilizador/ potenciador de consensos. Enquanto documento aglutinador dos princípios gerais que instituem e definem a escola, deve, também, refletir a consciência de mudanças necessárias e perspetivar a sua concretização.

A avaliação do Projeto Educativo de Escola anterior 2013-2016 e os dados recolhidos pela equipa de Autoavaliação da Escola, nos Relatórios de Autoavaliação, foram fundamentais para a elaboração deste documento, que pretende explicitar, de forma clara e precisa, como já referido anteriormente, os princípios, objetivos e as principais linhas de orientação de planos e programas de ação, estruturas e processos organizativos, segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Assim, entre múltiplas dimensões que lhe são reconhecidas, o Projeto Educativo de Escola explana as funções e finalidades da escola, inventaria os problemas e os possíveis modos de resolução, pensa os recursos disponíveis e problematiza a ausência de outros. O Projeto Educativo materializa assim o regime de autonomia das escolas, nos seus múltiplos domínios: estratégico, pedagógico, administrativo e organizacional, de acordo com os princípios, valores e estratégias que a unidade orgânica pretende privilegiar. É, deste modo, com base nesse pressuposto de autonomia, participação e identidade organizacional que surge o presente documento.

2. Missão / Visão

“O Projeto educativo é, à luz da legislação em vigor, um instrumento fundamental do reforço da autonomia das escolas. Ele constitui um meio privilegiado para a construção e afirmação da identidade da escola perante a comunidade educativa e perante o exterior. Neste sentido, a formulação da **Missão** e da **Visão**, enquanto elementos referenciais da ação da escola e orientadores do seu relacionamento com a comunidade, adquire especial importância no processo de elaboração do Projeto Educativo (...). Elas inspiram e enquadram toda a estrutura de objetivos que a escola pretende prosseguir.”

(Azevedo, Rui, “Projetos Educativos: Elaboração, Monotorização e Avaliação – Guião de Apoio”, Agência Nacional para a Qualificação, 2011)

EBS da Calheta

Missão

Promover as competências individuais, visando a excelência

Valores

A Pessoa, a Liberdade, a Solidariedade, a Educação para a Cidadania e na Cidadania e o Respeito pelo Outro

Visão

Qualidade, imperativo de futuro!

PARTE II: CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO

1. Meio Envolvente

Situada no “coração” do grupo central dos Açores, a **ilha de São Jorge** distingue-se de todas as outras. A sua localização privilegiada permite observar as restantes ilhas do grupo central, o que lhe imprime a impressão marcante de pertença a um arquipélago; a vista privilegiada para essas ilhas é a 1.053 metros de altitude, no Pico da Esperança, o seu ponto mais alto. Com cerca de 60 Km de comprimento e 7 Km de largura, quase 40% do seu território localiza-se acima dos 500 metros, permitindo regiões bem distintas como as conhecidas fajãs, ex-libris da ilha.

A ilha está dividida em dois concelhos: o concelho de Velas e o concelho da Calheta. Velas, que ascendeu a Vila em 1500, agrupa as freguesias da Urzelina, Manadas, Rosais, Norte Grande, Santo Amaro e Velas. O concelho da Calheta, vila desde 1534, é constituído pelas freguesias da Calheta, Ribeira Seca, Norte Pequeno, Santo Antão, e Topo, que também foi elevado a vila em 1519. Numa superfície total de cerca de 240 km², apresenta uma população de 8871 habitantes (censos 2011), registando-se um decréscimo de cerca de 1600 habitantes em 10 anos.

O povoamento da ilha de São Jorge está envolto em mistério, à semelhança do que acontece em relação às outras ilhas do arquipélago. A primeira referência data de 1439, numa carta em que o rei D. Afonso V autoriza o Infante D. Henrique mandar povoar as ilhas dos Açores, mas ela já figura num mapa catalão de 1375.

Sabe-se que o povoamento se iniciou com o lançamento de animais à terra virgem, para aferir a fertilidade dos solos. Diz-se que a ocupação humana começou pelas fajãs, na costa sul, por serem zonas mais planas, de menor altitude e com mais fácil acesso ao mar, mas ao contrário das restantes ilhas, o povoamento não privilegiou as zonas do litoral, pois as características morfológicas da ilha ditaram a criação de povoados em lugares acima dos 400 metros. Os primeiros colonos fixaram-se primeiro nas Velas, depois no Topo e mais tarde na Calheta, junto aos locais que ofereciam portos mais seguros e também por uma questão de proximidade, tendo em vista a comunicação com as outras ilhas. A partir desses locais, o povoamento de São Jorge progrediu gerando variações na ocupação do território, consoante a morfologia dos mesmos.

No povoamento de São Jorge contam-se oriundos do centro/norte de Portugal, mas nomeadamente provenientes de outras ilhas, principalmente Terceira, Faial e São Miguel, e também Graciosa e Pico. Aliás, o principal sustentáculo do povoamento da ilha residiu verdadeiramente na Terceira, de onde a ilha herdou apelidos nobres. Também houve influência de estrangeiros, nomeadamente flamengos.

A textura do solo e a disposição do relevo definiram desde cedo a economia singular da ilha. A escassez de solos abaixo dos 300 / 400 metros de altitude ditou o predomínio das pastagens e dos matos, que resultou no desenvolvimento da pecuária, vertido na abundância da carne e na excelência do queijo, e na exploração florestal. A criação e exportação de gado sempre foram preponderantes na ilha, nomeadamente na Calheta.

Pela excelência das pastagens, o leite jorgense propicia o fabrico de um queijo de qualidade superior, considerado já o melhor dos Açores; a abundância converteu o queijo em substituto de produtos básicos em conjunturas de maior escassez. A indústria de laticínios é a mais antiga e a de maior importância desde 1574. Na transição para o século XX, o manejo artesanal do leite cedeu lugar à industrialização, que tornou os laticínios em relevante atividade dos jorgenses. Logo em 1910, para além da persistência da produção caseira, 11 fábricas laboravam em São Jorge. O queijo de São Jorge é atualmente detentor de Denominação de Origem Protegida.

Dos extensos matos, extraíam-se madeiras que se exportavam para outras ilhas, destinadas à indústria de mobiliário, alfaias agrícolas e construção naval. Entre o século XVI e finais do século XIX, assistiu-se mesmo ao dinamismo da construção naval na ilha. A exportação acabou por diminuir devido à redução da mancha florestal, fruto do consumo doméstico das lenhas, e também devido à concorrência das madeiras exóticas do Brasil, América e Europa do Norte.

A falta de terra lavradia, decorrência do relevo, do frio e da humidade não foram favoráveis ao desenvolvimento da produção de cereais; ainda que no século XVI tenha havido bons indícios da produção de trigo, logo se sucederam tempos de escassez. Na segunda metade do século XVI, a subsistência dos jorgenses dependia frequentemente da importação de cereais provindos de outras ilhas e em casos mais gravosos da América do Norte. Apesar de as culturas mediterrânicas como os cereais não se adaptarem ao clima da ilha, determinadas culturas exóticas como o café e algumas madeiras tiveram sucesso na ilha.

A falta de cereais levou as pessoas a procurarem outros meios de subsistência, nomeadamente o mar, pelo que o grupo de marítimos excedia a média insular. Na memória dos povos, ainda perdura a subida participação dos jorgenses na caça à baleia dos séculos XIX / XX. Também alguns jorgenses embarcaram em armações estrangeiras na faina do bacalhau. A persistência da indústria conserveira, nomeadamente na Calheta, testemunha a continuidade dos jorgenses nas fainas da pesca, por exemplo, do atum. Por capricho da natureza, a singular existência de amêijoas na Fajã da Caldeira de Santo Cristo também individualiza S. Jorge no roteiro marítimo dos Açores.

Após um período de agricultura de subsistência, a economia local começou a desenvolver alguns produtos para exportação como a urzela e o pastel, que foram exportados para a Flandres e para outros países europeus para uso em tinturaria. Mais tarde, a introdução de outras culturas, como o trigo e o milho, ajudou a fortalecer a economia da ilha.

Após 1571, as exportações tradicionais foram ultrapassadas pelas uvas e o vinho e assim se mantiveram durante os três séculos seguintes. O sítio dos Casteletes, na freguesia da Urzelina, era, segundo testemunhos antigos, o que produzia o melhor vinho dos Açores. Contrariamente às outras ilhas, onde as vinhas cresciam nas rochas, as uvas de São Jorge tanto cresciam sobre o solo, abrigadas por paredes em forma de currais, como espalhadas pelas faias e arvoredos. Infelizmente, o óido (doença da videira) atingiu a ilha em 1854, arrasando esta próspera indústria. Foram feitas várias tentativas para reiniciar a indústria do vinho, mas depois disso a filoxera continuou a destruir muitas das vinhas do concelho da Calheta, durante a segunda metade do século XIX, e em toda a ilha a doença levaria muitos produtores à falência.

Pela adaptação a terrenos ingremes e húmidos, a cultura do inhame, chamado “pão dos pobres”, foi desde cedo muito importante, muito antes da cultura da batata. Foi tão importante para a subsistência da ilha que deu origem a um motim histórico em 1694, associado ao dízimo do inhame, figurando no Brasão de Armas da Calheta, bem como nos motivos que decoram os passeios de calçada à portuguesa.

Esta ilha conheceu um isolamento secular, atribuído ao abrigo precário que os seus portos ofereciam aos navios e à sua reduzida importância económica. Mesmo assim, foi alvo de ataques de corsários ingleses e franceses, turcos e mouros.

O isolamento acabou por ser superado pelos trabalhos realizados nos dois principais portos da ilha: Velas e Calheta, bem como pela construção de um aeroporto. Estas obras públicas abriram novos horizontes de prosperidade e progresso para São Jorge, que conta com uma utilização mais eficiente dos seus recursos naturais e com a expansão da pecuária, a indústria de lacticínios, pesca e indústria conservera.

Atualmente, a atividade económica baseia-se principalmente na agricultura e pecuária, associada à indústria de lacticínios. Mais recentemente, o investimento da região no turismo está na origem do aparecimento de empresas ligadas a esse setor, nomeadamente de alojamento local e animação turística, que tem vindo a alterar as características económicas da ilha. O turismo é sem dúvida uma parte importante da economia local. A observação de baleias é uma das atividades mais populares em São Jorge, a par de pesca submarina, mergulho, observação de cetáceos, caça, surf e trilhos pedestres.

Várias crises sísmicas abalaram a ilha, nomeadamente as erupções de 1580 e 1808, do lado das Velas, e o enormíssimo terramoto de 1757 do lado da Calheta, e ainda mais recentemente as crises de 1964 e 1980, que obrigaram à reconstituição de vidas e vivências após a devastação. No terramoto de 1757 morreram mais de 1000 pessoas e muitas ficaram feridas, o que originou alterações demográficas sensíveis. As moradias, edifícios, igrejas e fortificações também não resistiram ao impacto da tragédia, ficando quase tudo por terra nas zonas de intensidade máxima.

Para além dos terramotos, a ilha foi atingida por outras calamidades ao longo dos tempos, tais como inundações em vários anos, o ciclone de 1899 e a escassez de alimentos e fome em maus anos de colheita.

Isolados no meio do Atlântico e com dificuldades de comunicação com outras povoações e ilhas, as populações mantiveram e miscigenaram a sua cultura de origem, criando uma cultura própria com manifestações na arquitetura das suas habitações, no seu ordenamento na paisagem, no vestuário, no falar e nos seus festejos. Hoje, com as facilidades de comunicação, as características próprias de cada povo vão-se atenuando. Contudo ainda existem alguns dos festejos e vivências que caracterizavam o viver dos Jorgenses.

A música é um elemento que une toda a ilha, existindo atualmente um total de quinze filarmónicas e uma orquestra ligeira, que se distinguem em somente onze freguesias.

As principais manifestações festivas de caráter popular da ilha de São Jorge, não são diferentes das que se fazem na generalidade das restantes ilhas dos Açores, destacando-se as festas em louvor do Senhor Espírito Santo, que convergem em torno dos Impérios; estas comemorações são importantes manifestações religiosas que decorrem entre o Domingo de Páscoa e o Domingo da Trindade, entrelaçando tradições cristãs com a celebração da vida, da solidariedade, da generosidade e da esperança. A natureza vulcânica das ilhas dos Açores e as suas manifestações terão contribuído para a implantação destes festejos, pois o temor provocado pelas agitações da terra, aliado à comoção religiosa, animou a ideia de votos e o cumprimento fiel de promessas.

As romarias são uma tradição de São Jorge e também estão estreitamente ligadas à crença na intervenção divina contra as calamidades sísmicas. Assim, surgem a Romaria de Nossa Senhora do Carmo que se realiza na Fajã dos Vimes ou a Romaria de Santo Cristo, que se realiza na Fajã da Caldeira de Santo Cristo. Estas romarias são sempre constituídas por procissão e missa.

As festas profanas também têm vindo a destacar-se na ilha, ecoando por todo o arquipélago, sendo visitadas por oriundos de outras ilhas e turistas de Portugal continental e do estrangeiro. A Semana Cultural das Velas, que decorre na primeira semana de julho, mistura etnografia tradicional com as novas manifestações culturais que chegam de fora. Durante esta semana realizam-se conferências, exposições, concertos de artistas locais e de Portugal continental, uma feira taurina e ainda a regata Horta-Velas-Horta, que completa o cartaz destas festas. O Festival de Julho é nome de outra manifestação festiva, desta vez realizada no concelho da Calheta. Estas festas duram quatro dias e são compostas por desfiles etnográficos, representações teatrais, exposições e concursos desportivos de diversas índoles.

A gastronomia jorgense é também ex-libris da ilha, distinguindo-se em qualquer parte. Com fama internacional e gosto que dizem insuperável, o Queijo da Ilha de São Jorge será provavelmente o produto

gastronómico mais conhecido dos Açores. É um queijo de pasta semi-mole ou dura, tem um ligeiro travo a picante, apresenta-se em forma redonda e pesa 7 a 12 quilogramas, sendo normalmente cortado em cunhas. Nascidas e criadas espontaneamente na Reserva Natural e Área Ecológica Especial da Caldeira de Santo Cristo, as amêijoas são outra maravilha gastronómica exclusiva de São Jorge. A laguna costeira é o único sítio dos Açores onde existe este molusco, caracterizado por dimensões, sabor e textura únicos. A apanha da amêijoia está condicionada e o petisco só pode ser apreciado em alguns restaurantes.

O microclima de algumas fajãs permitiu o aparecimento de raridades agrícolas, como uma plantação de cafezeiros, caso raro na Europa: na Fajã dos Vimes pode apreciar-se um café de paladar e aroma intenso, feito com grãos colhidos localmente. É um possível complemento, tal como a aguardente de canela, para a doçaria da ilha, onde coscorões, rosquilhas e bolos de coalhada são receitas tradicionais. As espécies, doce em forma de ferradura e com “janelas” por onde se espreita o recheio, são típicas da ilha. Existem várias versões da receita, que têm em comum a presença de especiarias como erva-doce, canela ou pimenta.

São Jorge é uma ilha pequena, mas muito rica, é “*a ilha, a mais ilha, a mais demorada, tranquila, isolada de silêncio, longa garupa dum cavalo de basalto! A ilha mais ilha, a povoar o mar que a viaja*”. (Carlos Faria)



Figura 1: Queijo de São Jorge



Figura 2: Ameijoas de São Jorge



Figura 3: “Espécies”



Figura 4: Mapa da Ilha de São Jorge

O concelho da Calheta, tal como grande parte dos concelhos dos Açores, tem apresentado, nas últimas duas décadas, uma diminuição da população residente. Este decréscimo foi inicialmente provocado por movimentos migratórios e, posteriormente, reforçado por uma diminuição clara da sua taxa de natalidade. Estes fatores conduziram a um duplo envelhecimento demográfico. Estes indicadores levaram ao encerramento de escolas do 1º ciclo e, consequentemente, à diminuição de alunos por turma. Contudo, perante os valores atuais da taxa de natalidade e a comparação com o número total de efetivos com idades entre os 0 e 14 anos e entre os 15 e os 24 anos, concluiu-se que, nos próximos anos, a tendência será para a manutenção do número de alunos na Escola, uma vez que as orientações de evolução se encontram estabilizadas.

No que às atividades económicas diz respeito, o concelho da Calheta está dependente da criação de gado bovino, aproveitado particularmente para obtenção de leite utilizado no fabrico do queijo. Esta atividade é sustento de grande parte das famílias, existindo no concelho, atualmente, duas importantes cooperativas de laticínios, a saber, Finisterra e Lourais.

A par desta atividade, a fábrica de conservas Santa Catarina emprega uma grande quantidade de mão-de-obra, sendo a responsável pela elevada taxa de empregabilidade da população feminina no setor que representa (secundário).

Os agregados familiares são constituídos essencialmente por membros adultos com um nível de escolarização que não ultrapassa o ensino básico. Destes, grande parte encontra-se ativo no setor primário

(maior incidência do sexo masculino) e no setor secundário (maior incidência do sexo feminino). Quando analisada a taxa de escolarização dos empregados por conta de outrem, constata-se que os valores relativos ao ensino secundário e superior são francamente baixos. O que confirma que os grandes polos de empregabilidade estão vocacionados para a exigência de níveis de escolaridade mais baixa.

Verifica-se um recente incremento no setor do turismo, contudo, os serviços relacionados com a administração pública continuam a ser os maiores empregadores do setor terciário.

O Concelho está culturalmente ligado às Sociedades Filarmónicas que assumem o papel de agentes dinamizadores da comunidade. Existem, neste momento, sete em atividade. Estas apostam na formação musical de todos os interessados, promovendo, deste modo, o enriquecimento cultural da população, assegurando simultaneamente a sua perpetuidade. O Museu Francisco Lacerda, assim como outras instituições de caráter diverso, marcam igualmente a dinâmica social e cultural do concelho. Num espaço marcado pela insularidade é crucial a colaboração entre os agentes da comunidade, devendo a escola ser parte integrante desta dinâmica.

Neste sentido, a unidade orgânica possui atualmente protocolos com o Museu de São Jorge, Centro de Saúde da Calheta, Santa Casa da Misericórdia da Calheta, Câmara Municipal da Calheta, entre outras. Mantém, igualmente, relações de cooperação com outras instituições ainda não protocoladas. Contudo, estas participam ativamente na organização de diferentes atividades. Porém, continua a ser necessário traçar um caminho no sentido de o exterior ver a escola como um agente ativo / dinamizador e promotor de transformação social positiva.



Figura 5: Mapa do concelho da Calheta

Açores

Há um intenso orgulho
Na palavra Açor
E em redor das ilhas
O mar é maior

Como num convés
Respiro amplidão
No ar brilha a luz
Da navegação

Mas este convés
É de terra escura
É de lés a lés
Prado agricultura

É terra lavrada
Por navegadores
E os que no mar pescam
São agricultores

Por isso há nos homens
Aprumo de proa
E não sei que sonho
Em cada pessoa

As casas são brancas
Em luz de pintor
Quem pintou as barras
Afinou a cor

Aqui o antigo
Tem o limpo do novo
É o mar que traz
Do largo o renovo

E como num convés
De intensa limpeza
Há no ar um brilho
De bruma e clareza

É convés lavrado
Em plena amplidão
É o mar que traz
As ilhas na mão

Buscámos no mundo
Mar e maravilhas
Deslumbradamente
Surgiram nove ilhas

E foi na Terceira
Com o mar à proa
Que nasceu a mãe
Do poeta Pessoa

Em cujo poema
Respiro amplidão
E me cerca a luz
Da navegação

Em cujo poema
Como num convés
A limpeza extrema
Luz de lés a lés

Poema onde está
A palavra pura
De um povo cindido
Por tanta aventura

Poema onde está
A palavra extrema
Que une e reconhece
Pois só no poema

Um povo amanhece

**Sophia de Mello Breyner,
O Nome das Coisas,
Morais Editores,
Lisboa, 19**

2. Caracterização da escola

Desta unidade orgânica fazem parte a EB 2,3/S Padre Manuel Azevedo da Cunha, localizada na Vila da Calheta, as Escolas Básicas e Jardim-de-infância da Calheta e Ribeira Seca.

A primeira iniciou o seu funcionamento em 1972 com a denominação de Escola Preparatória da Calheta. O seu patrono é o ilustre Calhetense Padre Manuel Azevedo da Cunha (01.01.1861 – 13.08.1937). O seu nome não foi esquecido pelos jorgenses e a Calheta honra a sua dedicação e paixão ao ensino, perpetuando o seu nome como patrono da Escola Básica e Secundária da Calheta, ou EB2,3/S *Padre Manuel de Azevedo da Cunha*.



Figura 6: Padre Manuel Azevedo da Cunha

Manuel de Azevedo da Cunha nasceu na Calheta de São Jorge a 1 de Janeiro de 1861, sendo o quinto filho do marítimo Manuel de Azevedo da Cunha, também natural da Calheta de São Jorge, e de Rosa Mariana da Trindade, natural da Piedade, ilha do Pico.

Aos treze anos ingressou no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, ordenando-se padre a 19 de maio de 1883, com 22 anos. Iniciou a sua atividade pastoral como cura capelão na Ermida de Nossa Senhora do Socorro, no lugar dos Biscoitos, onde se manteve durante três anos.

Apesar de se ter estabelecido como pároco na Calheta, a sua atividade como historiador, professor e jornalista cedo excedeu as funções sacerdotais. A sua competência, dedicação e paixão pela atividade docente levaram-no a rejeitar a transferência para a Ilha de São Miguel imposta pelo bispo, valendo-lhe assim a sua suspensão por um período de três anos. Foi posteriormente reintegrado em 1889, com a colocação na Igreja de Santa Catarina, Matriz da Calheta. A partir de 1884 foi professor primário na Escola Complementar da Calheta, cargo que ocupou até à extinção deste estabelecimento em 1896. Durante esse período de tempo acumulou as funções de professor com as de pároco. A sua entrega à instrução deveu-se ao facto de achar que a sua terra natal estava em desvantagem nesse nível em relação a outras ilhas. De forma a colmatar esta desigualdade, reuniu esforços para que no mínimo pudessem ser lecionadas algumas disciplinas na ilha, com o devido reconhecimento do Estado. Assim os seus alunos tinham apenas de se deslocar, para fazer os exames de transição de ano, às ilhas Terceira ou Faial, possibilitando aos jovens economicamente menos favorecidos, poderem também estudar e acabar com a descriminação.

Relacionado com a escola propriamente dita as informações foram-se perdendo no tempo, mas pode-se acrescentar que com o seu esforço, Manuel Azevedo da Cunha conseguiu com que a Câmara Municipal de Calheta disponibilizasse um lugar nas suas instalações para poder lecionar. Mais tarde é obrigado a abandonar este local e de forma a solucionar este problema sem prejudicar os seus alunos, resolve instalar-se na sua própria casa. Supõe-se que a saída da Câmara possa ter ocorrido por rivalidades políticas.

O “sábio da Calheta”, como ficou conhecido, também se dedicou ao jornalismo, tendo colaborado em vários jornais de Angra do Heroísmo e da ilha de São Jorge. Entre eles destaca-se o *Insulano*, publicação semanal editada na vila do Topo, no qual, sob a epígrafe *Papéis Velhos*, publicou importantes documentos e notas para a história da ilha de São Jorge. Parte destes textos foi posteriormente incluída no volume XIII do Arquivo dos Açores, publicado em 1920.

Mas foi sobretudo à investigação histórica e etnográfica que o Pe. Manuel Azevedo da Cunha consagrou toda a sua vida, recolhendo elementos que publicou em diversos jornais locais e até na diáspora, nomeadamente nos Estados Unidos da América. Em 1924 iniciou a publicação em fascículos de um conjunto de *Notas Históricas*, publicação que foi interrompida com a publicação do 31.º fascículo. Em 1981, a Universidade dos Açores fez publicar, na sua versão integral, as *Notas Históricas* de

Manuel de Azevedo da Cunha (o “Livro do Padre Cunha”, como é conhecido), em dois volumes, com recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos. A edição foi subsidiada pela então Direção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional da Educação e Cultura do Governo dos Açores, a qual constitui uma abundante fonte de informação sobre o concelho da Calheta.

Manuel de Azevedo da Cunha foi também compositor e musicólogo de reconhecido mérito. Foi igualmente o fundador do Centro Progressista dos Biscoitos e impulsionador da independência de várias freguesias do concelho.

Apesar de tantos ofícios, diz-se que não vivia abundantemente a nível financeiro, recebendo renda de umas garagens anexas à casa que atualmente abriga o CAO (na altura pertença de seu irmão) de forma a garantir o seu sustento. Curiosamente, e já no final da sua vida, por vezes, pedia que lhe “pagassem um copo de vinho”.

Nos últimos anos, foi servido pela senhora Ana Veríssimo e especula-se que esta tenha ficado com a cópia da genealogia da ilha de São Jorge do século XVII/ XVIII pertencente ao Sr. Padre, que se diz ter ido parar a Lisboa a uma casa de particulares após a morte da senhora, sem se saber exatamente como.

O padre Manuel de Azevedo da Cunha faleceu no dia 13 de agosto de 1937, aos 76 anos de vida, na sua residência, atual passal, legando o fruto do seu trabalho aos estudiosos da história Açoriana e a sua casa ao Clero da Matriz da vila da Calheta.

2.1. Alunos

Na análise comparativa do número de alunos da instituição de ensino aqui retratada e referente aos anos letivos abaixo mencionados, assinalam-se oscilações em todos os níveis de ensino, verificando-se uma efetiva redução do número total de alunos que, no caso de uma unidade orgânica de pequena dimensão, se revela bastante significativa. De salientar que todas as crianças que ingressaram no 1º ano de escolaridade, nos anos letivos mencionados, frequentaram o Jardim de Infância.

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Pré-Escolar	32	31	24	23	9	8
1º ciclo	115	109	102	107	108	112
2º ciclo	50	60	71	62	52	51
3º ciclo	80	72	84	81	94	90
Secundário	93	94	77	83	71	74
Total	370	366	358	356	334	335

Figura 7: Distribuição dos alunos por ciclo de escolaridade

Com necessidades educativas especiais de caráter permanente, frequentam a Unidade Orgânica 23 alunos, apresentando problemáticas várias nos domínios cognitivo, emocional e sensorial.

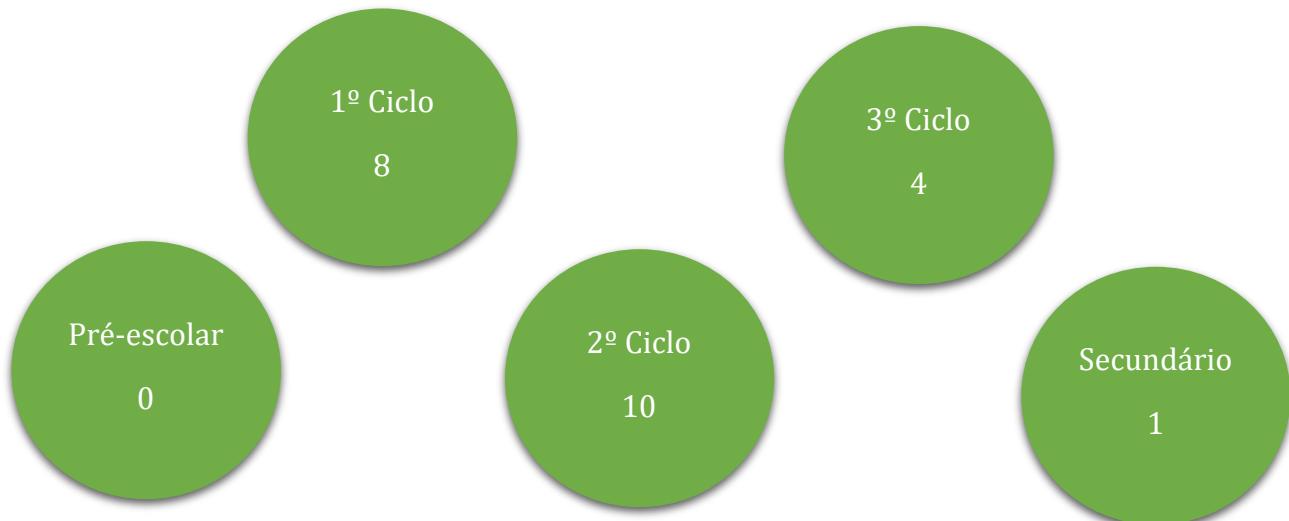


Figura 8: Distribuição dos alunos com necessidades educativas especiais por nível de ensino 2016/2017

2.2. Sucesso académico

Observados os resultados do sucesso académico dos alunos da escola e frente aos resultados obtidos na avaliação externa e reportando-se ao ano letivo de 2015-2016, conclui-se que a taxa de transição do primeiro ciclo foi de 98%, no segundo ciclo, de 91%, no terceiro, de 93% e no Ensino Secundário, de 89%. As metas estabelecidas têm sido assim e, na generalidade, atingidas.

2015/2016			
Ensino Básico		Meta estabelecida	Resultado alcançado
1º CE B	-Taxa de aproveitamento dos alunos nas disciplinas em que há apoio	90%	Português - 55% Matemática - 50%
	-Taxa de transição/aprovação	>95%	98,16%
	-Taxa de participação no Clube de Leitura	100%	100%
	-Percentagem de aulas previstas vs dadas	>95%	
2º CE B	-Taxa de abandono/absentismo	0%	0%
	-Taxa de aproveitamento dos alunos nas disciplinas em que há apoio	>80%	Português - 87% Matemática - 36% Inglês - 85%
	-Taxa de transição/aprovação	>90%	91,48%
	-Taxa de participação na sala de estudo	100%	100%
	-Taxa de participação nas AEC (clubes)	85%	83,33%
	-Percentagem de aulas previstas vs dadas	>95%	
3º CE B	-Taxa de abandono/absentismo	0%	0%
	-Taxa de aproveitamento dos alunos nas disciplinas em que há apoio	>75%	Português - 62% Matemática - 41% Inglês - 78%
	-Taxa de transição/aprovação	>90%	93,84%
	-Taxa de participação na sala de estudo	100%	93,75%
	-Taxa de participação nas AEC (clubes)	50%	8,75%
	-Percentagem de aulas previstas vs dadas	>95%	
	-Taxa de abandono/absentismo	0%	1,07%
-Taxa de conclusão do ensino básico – 9º ano ou equivalente		>95%	92,85%
Ensino secundário		(%)	
	-Percentagem de aulas previstas vs dadas	>95%	
	-Taxa de abandono/absentismo	<5%	1,28 %
	-Taxa de transição (Científico-Humanísticos)	>85%	89,36 %
	- Taxa de conclusão	>85%	71,43 %

2.3. Contexto social dos alunos

Ao nível socioeconómico, a escola comporta alunos de estratos sociais diferenciados. Contudo, importa salientar a proveniência de famílias com poucos recursos económicos e baixo nível de escolarização da maior parte dos alunos que a compõem. A baixa expectativa, o carácter ultraperiférico da ilha de que provem, os problemas económicos agravados pela conjuntura atual, condicionarão, em larga escala, as prestações escolares dos alunos da escola. No ano letivo de 2016/2017, a maioria dos alunos estão enquadrados nos escalões da ação social.

		Nº ALUNOS POR ESCALÃO 2016-2017																				
		Dezembro																				
ESCALÃO	JI-Calheta	CICLO/ANOS																			TOTAL	
		1ºano Calheta	2ºano Calheta	3ºano Calheta	4ºano Calheta	1º ano Ribeira Seca	2º ano Ribeira Seca	3º ano Ribeira Seca	4º ano Ribeira Seca	5º	6º	Uneca	Profij	7º	8º	9º	10º	11º	12º			
I		1	1	4	3	5				1	1	4		1	2	4	2	2	4	3	1	39
II	1	2	8	5	5	6	1	3	2	5	7	8	2		9	5	1	11	6	4	91	
III	2		5	3	2	2	1	2	1	3	4	3		3	6	7	10	4	7	5	70	
IV			1	1	1	2				1	1	1		2		4	2		4		20	
V		3	6	4	10	8	1	2	2	2	10	8	2		5	17	7	3	6	15	111	
Total	3	6	21	17	21	23	3	7	6	12	26	20	5	7	24	35	22	22	26	25	331	

Figura 9: Distribuição dos alunos pelos diferentes escalões

2.4. Recursos humanos

2.4.1. Pessoal docente

O corpo docente da Escola Básica e Secundária da Calheta é maioritariamente constituído por professores do quadro de nomeação definitiva, o que contribui para criar condições propícias ao alcance das metas estabelecidas.

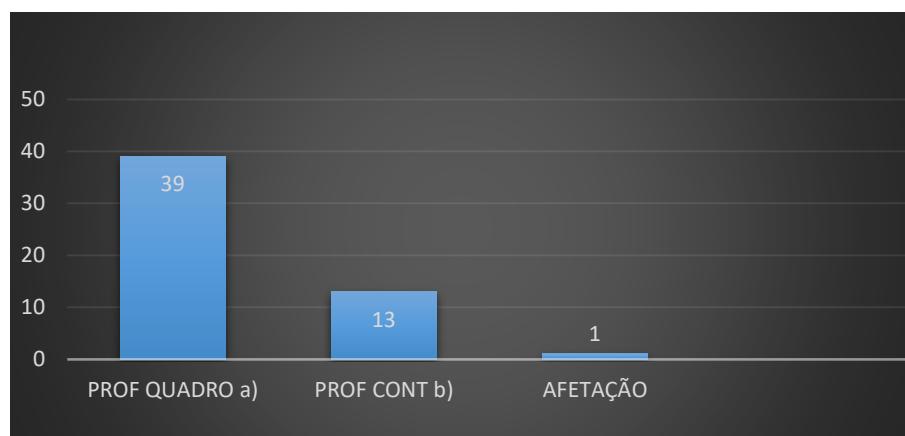


Figura 10: Distribuição do pessoal docente por situação profissional 2016 / 2017

- a) Professor Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado com vínculo à EBSC
- b) Professor Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo
- c) Afetação por prioridade

Os departamentos curriculares constituem a estrutura de orientação educativa a quem cabe desenvolver medidas que reforcem a articulação curricular e interdisciplinar na aplicação dos planos de estudo e implementar as estratégias constantes do Projeto Educativo de Escola.

Assim, as funções de destaque do departamento curricular são, entre outras, apresentar propostas para o Projeto Educativo e Plano Anual de Atividades, elaborar pareceres sobre programas, métodos e organização curricular, processos e critérios de avaliação, apoios e complementos educativos, planificar atividades letivas e não letivas, promover a interdisciplinaridade e dar a conhecer eventuais necessidades ao nível do equipamento e material didático. São seis os departamentos curriculares pelos quais se encontram distribuídos os docentes desta escola.

Departamentos	PCTFPT a)	PQZP da RAA	Afetação por prioridade *	PCTTR b)
1º Ciclo e Pré-escolar Educação Especial	12		1	1
Ciências 2 (Filosofia, Geografia, História, Religião e Moral)	3	1		5
Ciências 1 (Ciências da Natureza, Ciências Naturais, Matemática, Físico-química, Biologia e Geologia M.A.C.S, T.I.C, Ciências)	13	0	0	0
Expressões (Educação Tecnológica, Educação Visual e Tecnológica, Oficina de Artes, Educação Física, Educação Musical)	3	1		5
Línguas Estrangeiras (Francês, Inglês)	3			2
Língua Portuguesa (Português)	4			3

Figura 11 - Distribuição do pessoal docente por situação profissional nos diferentes departamentos

- a) Professor Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado com vínculo à EBSC
- b) Professor Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo

2.4.2. Pessoal não docente

O pessoal não docente constituiu um corpo estável e conhecedor do meio envolvente e da realidade dos alunos que frequentam a escola. Na escola EB/S da Calheta trabalham 46 funcionários, representando as seguintes categorias:

ASSISTENTES OPERACIONAIS	ENCARREGADA DO PESSOA DE APOIO EDUCATIVO	ASSISTENTES TÉCNICOS	CHEEF DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRADOR ESCOLAR	PSICÓLOGO
32	1	11	1	1

Figura 12: Distribuição do pessoal não docente por categoria profissional



Figura 13: Distribuição do pessoal não docente por situação profissional

2.5. Recursos - caracterização física e humana da escola / instalações / equipamentos



Figura 14: Projeto da nova Escola Básica e Secundária da Calheta

A construção das novas instalações da escola básica e secundária da Calheta, arrancou em janeiro 2015. A obra “tem um prazo de execução de 24 meses e contempla a demolição total da escola existente, a construção de uma nova edificação, bem como dos arruamentos envolventes previstos no projeto”.

As novas instalações vão ter capacidade para 550 alunos, 75 dos quais do pré-escolar, 125 do 1.º ciclo, 250 do 2.º e 3.º ciclos e 100 do ensino secundário.

O investimento contempla dois edifícios, o escolar e o ginnodesportivo, e tem uma área de construção superior a 13.000 metros quadrados, dispondo no futuro de equipamentos como laboratórios de ciências naturais e de informática e salas de música e de educação tecnológica e artística. Além de uma biblioteca/mediateca, existirá ainda um auditório com capacidade para mais de 150 lugares, além de espaços sociais e de convívio, cozinha e refeitório”.

As obras começaram numa parte do estabelecimento, sendo os alunos reacomodados no espaço restante e ainda, em contentores. Essa parte da obra já foi concluída, tendo os alunos transitado para o novo espaço.

2.6. Oferta educativa

A oferta formativa da escola é diversificada e adequada ao contexto, abrangendo todos os níveis de ensino.

Encontra-se aqui sistematizada no quadro abaixo apresentado:

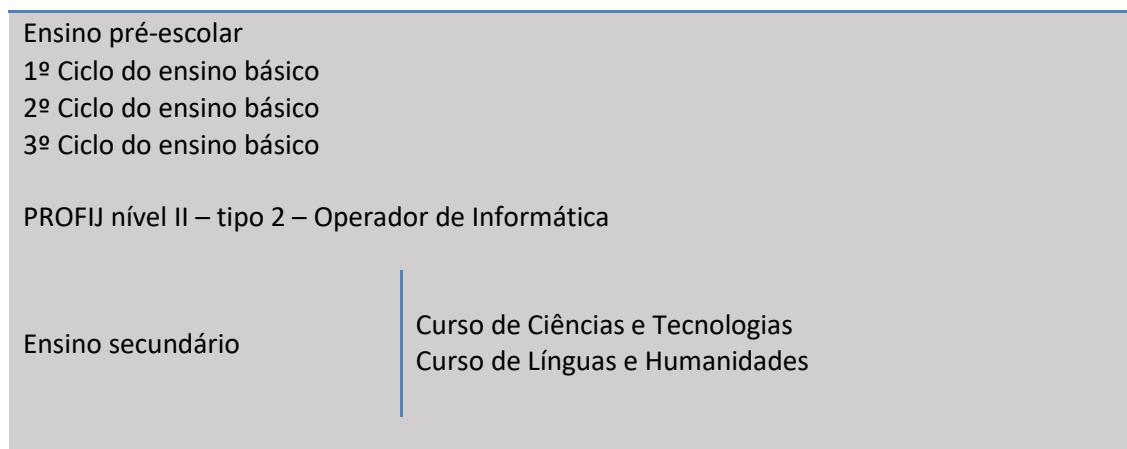


Figura 15 - Oferta formativa da escola

2.7. Atividades de enriquecimento curricular

Para além da oferta formativa dita formal, a escola proporciona aos alunos a possibilidade de frequentar clubes diversos, participar em atividades desenvolvidas no âmbito de projetos promovidos pela escola, assim como por entidades externas à mesma, abrangendo um universo razoável de interesses e possíveis campo de desenvolvimento pessoal. Essas ofertas concorrem simultaneamente para a consolidação das aprendizagens e para uma educação para uma cidadania esclarecida.

A.E.C. / CLUBES

Ciclo	Designação
Pré-Escolar	Clube de Leitura
1.º Ciclo	Clube de Expressões Clube de Leitura
2.º Ciclo	Clube + Ciência Clube de Proteção Civil
3.º Ciclo	Clube FQ Investiga
Secundário	Oficina de Física e Química

Figura 16 - Clubes dinamizados na escola

A.E.C. / PROJETOS

Áreas	Designação do projeto	Exemplos de atividades desenvolvidas
Saúde	Programa de Saúde Escolar	<p>Sessão de IVG -11º ano Comemoração do dia Mundial da Alimentação - Comunidade Os profissionais de saúde na sala de aula- mitos e preconceitos relativos à alimentação - 7º ano 1ª Sessão – “O enamoramento” 2ª Sessão Prevenção da violência no namoro” Rastreio escolar - comunidade Higiene oral- 4º ano Higiene horal rastreio escolar- comunidade Os profissionais de saúde na sala de aula - emagrecer com saúde 9º ano Comemoração do dia mundial do não fumador. - Comunidade Sessão sobre o tabagismo – 8ºano Os profissionais de saúde na sala de aula- lanches nutritivos. - 2º e 3º ano Os profissionais de saúde na escola pequenos-almoços completos. Todos os anos Dia Mundial da SIDA - 1 de dezembro – 8º e 12º ano “Será o Bullying uma forma de violência” – 3º ano R. Seca e 1º ano Calheta Os profissionais de saúde na sala de aula- padrões de consumo de bebidas alcoólicas nocivas e perigosos. - 12º ano Os profissionais de saúde na sala de aula. Planeamento familiar. - 9º ano Prevenção de lesões na realização de atividade física Sessão sobre primeiros socorros - 3º ano Semana da Saúde 13 a 17 de fevereiro Sessões de esclarecimento sobre as temáticas de educação para a saúde do programa de Cidadania. Sessão sobre o corpo em crescimento - 5º e 8º ano Sessão sobre saúde afetivo sexual e reprodutiva. -1º Ciclo Os profissionais na sala de aula – Exposição solar- 4º ano A equipa de saúde escolar na sala de aula – Acidentes rodoviários. - 6º a 12ºano Questionário sobre comportamentos de risco. - 6º a 12º ano Antes de me discriminares conhece – me - Secundário Os profissionais na sala de aula Recreio social – Secundário 5º Tetratlo Escolar Ser especial – Núcleo de Educação Especial Gabinete da saúde escolar - Atitude para a Saúde</p>

		1.º Ciclo (1.º ao 4.º ano)
		<ul style="list-style-type: none"> a) Noção de corpo; b) O corpo em harmonia com a natureza; c) Noção de família; d) Diferenças entre rapazes e raparigas; e) Proteção do corpo e noção dos limites; f) Prevenção dos maus tratos e das aproximações abusivas.
		2.º Ciclo (5.º e 6.º ano)
Projeto Afetivo-sexual		<ul style="list-style-type: none"> a) Puberdade: aspectos biológicos e emocionais; b) O corpo em transformação; c) Normalidade, importância e frequência das suas variantes biopsicológicas; d) Diversidade, tolerância e respeito; e) Sexualidade e género; f) Diferentes orientações sexuais; g) Dimensão ética da sexualidade humana; h) Compreensão do ciclo menstrual e ovulatório; i) Prevenção dos maus tratos e das aproximações abusivas; j) Reprodução humana e crescimento; k) Contraceção e planeamento familiar.

3.º Ciclo (7.º ao 9.º ano)

- a) Compreensão da fisiologia geral da reprodução humana;
- b) Dimensão ética da sexualidade humana;
- c) Compreensão da sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da pessoa, no contexto de um projeto de vida que integre valores (ex: afetos, ternura, crescimento e maturidade emocional, capacidade de lidar com frustrações, compromissos, abstinência voluntária);
- d) Compreensão do uso e acessibilidade dos métodos contraceptivos;
- e) Compreensão da epidemiologia e prevalência das principais DST em Portugal e no mundo, bem como os

métodos de prevenção;

f) Proteção do próprio corpo, prevenindo a violência e o abuso físico e sexual e comportamentos sexuais de risco, dizendo não a pressões emocionais e sexuais e violência nas relações amorosas;

g) Gravidez e maternidade na adolescência (análise de taxas e tendências e exploração das suas causas e consequências);

h) Interrupção voluntária da gravidez (conhecimento das taxas e tendências, suas sequelas e respetivo significado);

i) Planeamento familiar e compreensão da noção de parentalidade, no quadro de uma saúde sexual e reprodutiva saudável e responsável;

j) O enamoramento.

Ensino Secundário

Sem prejuízo dos conteúdos enunciados para o 3.º ciclo, sempre que se entenda necessário, de um modo transversal, devem retomar-se temas previamente abordados, pois a experiência demonstra vantagens nesta abordagem em espiral, nomeadamente com alunos que, nesta fase de estudos, poderão eventualmente já ter iniciado a vida sexual ativa.

Do ponto de vista qualitativo, estes objetivos não devem constituir uma abordagem excessivamente preventiva, abstrata e sanitarista, desligada da realidade nacional concreta e da reflexão sobre atitudes, afetos e comportamentos sexuais nos alunos.

No que se refere à fisiologia da reprodução humana e afetividade, deve ser dado ênfase à:

a) Compreensão e determinação do ciclo menstrual em geral, com particular atenção à identificação, quando possível, do período ovulatório, em função das características dos ciclos menstruais;

b) Prevenção dos maus tratos e das aproximações abusivas.

No que se refere a informação estatística pertinente, deve-se abordar:

a) Idade de início das relações sexuais, em Portugal e na UE e taxas de gravidez e aborto em Portugal;

b) Métodos contracetivos disponíveis e utilizados, segurança proporcionada por diferentes métodos, motivos que impedem o uso de métodos adequados, razões do seu falhanço e não uso;

c) Consequências físicas, psicológicas e sociais da maternidade e da paternidade de gravidez na adolescência e do aborto (entre nós e na EU);

d) Doenças e infecções sexualmente transmissíveis (como infecção por VIH e HPV) e suas consequências;

e) Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Empreendedorismo	Educação Empreendedora- Caminho para o sucesso	“Empreendedor por um dia”
Ambiente	Programa Eco-escolas	<ul style="list-style-type: none"> Poupança de energia e água Pilhão vai à Escola Recolha de Tinteiros Campanha SOS Cagarro Brigada de limpeza: “Vamos limpar a Calheta” Geocaching CITO Comemoração do Dia Nacional do Mar Natal ecológico Ecopontos na Escola Sessões de esclarecimento sobre a problemática dos resíduos Geração Depositário “5º Tetratlo Escolar” “Dia Eco-Escolas”

Figura 17 - Projetos dinamizados na escola

	Atividades	Destinatários
Atividades promovidas por entidades externas		
Polícia de Segurança Pública	Projeto “Escola segura”	
Guarda Nacional Republicana (GNR)	O bem-estar animal	
Museu da Ilha de São Jorge	Calçada portuguesa Mãos pequenas, pinceladas grandes Contadora de histórias	
Parque Escola da ilha de São Jorge	A história da Maria Clara e do Napoleão Assim poupas mais energia Semana dos Resíduos Os meios de transporte e o ambiente Desvendando o Milhafre Ofícios tradicionais da ilha de São Jorge Zonas húmidas de São Jorge Alegria e cor do Espírito Santo A aventura do Delfim	Ensino pré-escolar e 1º ciclo
Associação humanitária dos bombeiros da Calheta	37º Aniversário da associação humanitária dos bombeiros da Calheta Dia de Proteção Civil As rochas dos Açores O gigante da Natureza	
EBS de Velas	Teatro “Plufft, o fantasma”	
CPCJ	Caminhada pelos BonsTratos na Infância	
Companhia de Teatro Iuventute Virtutis	Palestra sobre o teatro	3º Ciclo
Direção Regional da Juventude	Educação empreendedora – caminho do sucesso - Feira do empreendedorismo	Ensino básico
Assembleia da República/Regional	Parlamento Jovem	
Parlamento Europeu/Assembleia da República/Regional	Concurso EuroEscola	
Sociedade Portuguesa da Matemática (SPM)	Olimpíadas de Matemática	
Direção Regional do Desporto	Corta-mato (fase escola e fase ilha) Mega-salto e Megasprinter	Ensino básico e secundário
Sociedade Portuguesa de Física	Olimpíadas da Física	
Faculdade de Ciências e tecnologias da Universidade de Coimbra e SPM	Canguru Sem fronteiras 2016	
Plano Nacional de Leitura	Concurso Regional de Leitura	3º Ciclo e secundário

Comissão Europeia	Jovens tradutores	
Parlamento Europeu/Assembleia da República/Regional	Participação em concursos de índole europeia- Comemorações do Dia da Europa	Ensino secundário
Ordem dos Biólogos/Ciência Viva/Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	Olimpíadas Portuguesas de Biologia	
Sociedade Portuguesa de Química	Olimpíadas de Química Mais – Semifinal	

Figura 18 - Atividades promovidas por entidades externas

PARTE III: DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO (Análise SWOT)

Levada a cabo a organização e sistematização da informação recolhida acerca da Unidade Orgânica a nível interno, (caracterização do meio, recursos humanos, recursos materiais, funcionamento global, sucesso educativo dos alunos, entre outros) e a nível externo, considerando o ambiente específico que interage e influencia diretamente a escola, (o tecido empresarial envolvente, posicionamento no meio envolvente, da rede de instituições parceiras, a dinâmica demográfica, caracterização socioeconómica das famílias, entre outros), foi então elaborado um diagnóstico estratégico síntese, utilizando a matriz S.W.O.T. Esta permite situar a escola no contexto em que se insere, aferir as ameaças e oportunidades que se apresentam considerando a situação política, económica e social, as políticas de educação e emprego, o contexto local, a oferta educativa e formativa existente, os recursos humanos disponíveis, os recursos materiais e a imagem da escola no exterior.

Do cruzamento dos pontos fortes e fracos com as ameaças e oportunidades advirão as estratégias da unidade de ensino de forma a valorizar os pontos fortes, aproveitando as oportunidades que o meio envolvente oferece e evitar as ameaças sobretudo se incidirem nos pontos fortes da escola.

1. Análise SWOT

FORÇAS

- Existência de um quadro docente estável
- Criação de clubes, projetos e programas dinâmicos e pertinentes ao Projeto
- Integração da Escola na Rede de Bibliotecas Escolares e no Plano Nacional de Leitura
- Confiança na prática pedagógica da Escola e dos professores
- Capacidade da Direção em mobilizar os colaboradores
- Metodologias indutoras de forte coesão interna
- Diversificação das parcerias estabelecidas com entidades da comunidade
- Reduzida taxa de abandono escolar
- Boa capacidade de circulação de informação, por parte dos órgãos de administração e gestão, bem como das estruturas de coordenação
- Boas ligações da escola com o tecido empresarial local
- Boa imagem da escola no exterior
- Projeto dinâmico da Biblioteca Escolar

FRAQUEZAS

- Necessidade de promoção da formação do pessoal docente e não docente
- Resultados das classificações nos exames nacionais das disciplinas do ensino secundário.
- Resultados das provas finais de matemática e português do 6.º e 9.º ano, com valores inferiores à média nacional e regional
- Insuficiente divulgação dos vários projetos da escola para ampliar o seu impacto

OPORTUNIDADES

- Melhoria da qualificação dos Encarregados de Educação
- Diversificação da oferta de cursos no ensino secundário
- Diversificação da oferta formativa com percursos alternativos para o 2º e 3º ciclos mais adequados à especificidade dos alunos
- Aumento do espaço para a criatividade e empreendedorismo
- Maior criação de projetos de cariz nacional e internacional
- Aproveitamento dos recursos naturais e culturais para a dinamização didática e implementação de projetos e cursos
- Valorização da apetência pelas questões ambientais e patrimoniais
- Reforço das parcerias/protocolos com instituições e empresas concelhias
- Implementação de projetos a médio e longo prazo
- Respostas perante alunos com necessidades educativas especiais

AMEAÇAS

- Taxa de desemprego elevada
- Reduzidas (ainda) habilitações dos encarregados de educação
- Conjuntura económica desfavorável
- Défice de envolvimento da comunidade nas atividades/projetos da escola
- Reduzida participação dos encarregados de educação na vida da escola e acompanhamento dos educandos, especialmente no Secundário
- Reduzido número de empresas existentes no concelho
- Número reduzido de alunos (baixa taxa de natalidade/ nova vaga de emigração)
- Política de contenção de custos

Não obstante as ameaças apontadas, a escola tem sido capaz de tirar proveito de algumas oportunidades. A concertação de esforços, por parte do pessoal docente e não docente, permite a organização e posterior concretização das atividades constantes do Plano Anual de Atividades e permite, igualmente, a consecução dos objetivos maiores traçados para esta unidade de ensino. Realce-se, nesta concertação de esforços, o relevante papel de várias entidades/organismos da comunidade que têm colaborado com a escola e contribuído para o sucesso das iniciativas/atividades propostas e realizadas.

Assim e perante o diagnóstico efetuado, a escola elege algumas prioridades que devem ser consideradas no sentido de otimizar recursos, humanos e materiais, de forma a melhorar os índices de sucesso escolar geral, por um lado, e dotar os alunos de um espírito de civilidade e fomentar um maior envolvimento dos encarregados de educação na vida da escola, por outro.

A metodologia utilizada para identificação de problemas/ áreas educativas de intervenção, particularmente os mais incisivos, processou-se, numa fase inicial, através da auscultação dos vários agentes do processo de ensino-aprendizagem, mediante a aplicação de inquéritos, questionários e/ou entrevistas. Essa auscultação e respetivo tratamento de dados foram efetuados numa fase anterior à formulação do presente PEE. Para além destas consultas formais e recolha de dados, socorremo-nos dos contatos diretos com elementos da comunidade educativa, dos documentos já existentes na Unidade Orgânica e do conhecimento pessoal da realidade escolar. De acordo com a análise dos elementos acima mencionados e respetiva sistematização (análise S.W.O.T), cabe aqui referir os três aspectos assumidos como prioritários:

EIXO 1

Valorização da
escola e do saber
escolar

EIXO 2

Interiorização de
regras de civilidade
tendo em vista o
exercício de uma
cidadania esclarecida

EIXO 3

Envolvimento dos
Encarregados de
Educação no
processo educativo
dos seus educandos
e na vida da
comunidade
educativa

EIXO 1

	Objetivos Educativos	Estratégias para a ação educativa
Valorizar a escola e o saber escolar	<p>Promover o sucesso escolar, cultivando a exigência criteriosa e a qualidade educativa</p> <p>Consagrar a preparação para o prosseguimento de estudos e a aquisição de conhecimentos e competências relevantes para a vida ativa e para o mundo do trabalho</p> <p>Fomentar o gosto pela aprendizagem</p> <p>Conjugar esforços para garantir um bom domínio da Língua Portuguesa</p> <p>Conjugar esforços para garantir o desenvolvimento do raciocínio lógico e matemático</p> <p>Promover a identidade e a autonomia da escola com projetos que permitam inovar e crescer</p> <p>Promover a credibilidade perante a comunidade envolvente</p> <p>Criar um espaço de realização pessoal e profissional dos diferentes intervenientes no processo educativo</p> <p>Promover a integração social dos alunos através de planos de orientação escolar e vocacional</p> <p>Enquadurar as atividades extracurriculares e apoios educativos, em projetos viáveis e relevantes para os intervenientes envolvidos e para a escola</p>	<p>Estabelecer, ao nível dos grupos/departamentos/núcleos, metas de sucesso quantificadas e respetivas estratégias de realização</p> <p>Fomentar o trabalho cooperativo ao nível de grupo e entre departamentos, incidindo em trabalhos de pesquisa de carácter pedagógico, em planificação interdisciplinar e em atividades para-curriculares motivadoras da aprendizagem</p> <p>Criar uma cultura de avaliação/análise de todas as atividades</p> <p>Repensar, debater e divulgar os critérios de avaliação</p> <p>Valorizar o papel do Conselho de Turma, organizando e planificando atividades e estratégias específicas no âmbito do Projeto Curricular de Turma</p> <p>Fomentar hábitos e atitudes dos alunos, a começar pelo trabalho individual, autónomo e persistente, bem como a participação atenta e responsável na sala de aula, como estratégias de aumento do sucesso escolar</p>

EIXO 2

Incentivar a interiorização de regras de cidadania e o exercício de uma cidadania esclarecida	<p>Fomentar a educação para a cidadania</p> <p>Desenvolver a socialização e o espírito de partilha</p> <p>Desenvolver o gosto pela participação na vida cívica de forma crítica e responsável</p> <p>Promover a saúde integral, nomeadamente, quanto à prevenção e controlo do tabagismo e outros aspectos relevantes para uma vida saudável:</p> <ul style="list-style-type: none">• Saúde ambiental• Saúde social• Saúde mental• Saúde física <p>Fomentar valores e atitudes de tolerância e de respeito para com os outros, para consigo próprio, para com o meio ambiente e para com o património cultural</p> <p>Reconhecer a importância do património cultural local e da preservação de tradições</p> <p>Proporcionar o convívio entre escolas e o enriquecimento através da partilha de experiências</p> <p>Permitir um desenvolvimento integral do jovem, respeitando as etapas de desenvolvimento pessoal</p>	<p>Fomentar medidas capazes de melhorar o exercício de uma cidadania esclarecida</p> <p>Identificar problemáticas, propor projetos, gerir, animar e avaliar programas de formação docente, não docente e para os encarregados de educação</p> <p>Integrar a promoção da saúde nas diferentes dimensões da Escola: curricular, psicossocial, ecológica e comunitária, continuando a desenvolver, em parceria com o Centro de Saúde da Calheta, o projeto «Atitude para a Saúde»</p> <p>Potenciar a oferta de atividades, aumentando e diversificando a nossa participação em projetos e iniciativas</p> <p>Prosseguir o trabalho no âmbito da Educação Ambiental em articulação com o projeto "Eco Escolas"</p>
---	---	--

EIXO 3

<p>Envolver Encarregados de Educação no processo educativo e na vida da comunidade educativa</p>	<p>Dinamizar a relação e a ligação escola-meio</p> <p>Promover ações alargadas a toda a comunidade que permitam a visibilidade da escola no exterior e contribuam para o desenvolvimento cultural dos envolvidos</p> <p>Envolver os Encarregados de Educação no processo educativo e incentivar a sua participação na vida da escola</p> <p>Incrementar uma maior e melhor integração dos Encarregados de Educação, nomeadamente, através de contactos frequentes e continuados com os Diretores de Turma</p> <p>Sensibilizar os Encarregados de Educação para a participação nas atividades extracurriculares</p> <p>Fomentar a cooperação e a reflexão</p> <p>Repensar circuitos de comunicação, nomeadamente agilizando a “Área de Transferência”, que possibilitem a sistematização, a integração e a fluidez da informação entre todos os órgãos e estruturas da comunidade escolar</p>
---	--

PARTE IV: PLANO ESTRATÉGICO

1. Áreas de intervenção

De acordo com os diagnósticos efetuados, foram definidas três áreas de intervenção e elaborados os objetivos específicos, as metas e respetivos indicadores de avaliação que servirão de base para a construção do plano estratégico.

Assim, pretende-se no final do triénio:

(Valorização da escola e do saber escolar)

Objetivos específicos	Metas	Indicador de avaliação
Obter bons resultados nas provas de aferição do 1.º Ciclo do Ensino Básico	Atingir, nas classificações das provas, em cada uma das disciplinas, uma média não inferior à média regional	
Melhorar os resultados obtidos nas provas de aferição do 2.º Ciclo do Ensino Básico	Atingir, nas classificações das provas, em cada uma das disciplinas, uma média não inferior à média regional	Média das classificações obtidas pelos alunos nas provas/exames a que foram sujeitos
Melhorar os resultados obtidos nas provas finais do 3.º Ciclo do Ensino Básico	Atingir, nas classificações das provas, em cada disciplina uma média não inferior à média regional	
Melhorar os resultados obtidos nos exames nacionais - ensino secundário	Atingir, nas classificações das provas, em cada disciplina uma média não inferior à média regional	
Aproximar a média da classificação interna final (CIF) e a média de classificação de exames (CE), nas disciplinas de exame nacional - ensino secundário	Procurar que o desfasamento da classificação interna final (CIF) e classificação de exames (CE) não ultrapasse, em média, 3 valores por disciplina	Classificações dos alunos nos exames; diferença entre a CIF e a CE; número de alunos propostos a exame

Obter uma taxa de reprov&atilde;o inferior &aacute; m&ediacidade naciona&tilde;l - Regime Educativo Especial	Aumentar o índice de sucesso nos alunos que integram o Regime Educativo Especial	Resultados escolares dos alunos com NEE; taxa de transição dos alunos com NEE
Diminuir a taxa de desist&atilde;nica dos alunos a frequentar cursos Profissionais	Reducir para a taxa de desistência dos cursos profissionais	Taxas de conclusão dos cursos profissionais
Melhorar as taxas de aprovação modular nos cursos profissionais de nível 3	Alcançar uma taxa de conclusão modular superior a 80%, relativamente aos módulos planificados	Classificações obtidas pelos alunos nos módulos nos conselhos de turma do 3º período
Promover percursos diversificados para alunos com insucesso escolar - 2º e 3º Ciclos	Abertura de uma turma de percurso alternativo 2º e 3º Ciclos	Classificações obtidas pelos alunos nos conselhos de turma do 3º período
Fomentar o gosto pela leitura e pela escrita	Aumentar a frequência da biblioteca escolar	Número de alunos que frequentam a biblioteca escolar
	Aumentar o número de requisições de leitura domiciliária da biblioteca escolar	Número de requisições de leitura domiciliária. Número de iniciativas/ atividades de promoção da utilização da biblioteca escolar
	Manter ou aumentar a participação dos alunos nos concursos literários	Número de participantes nos concursos literários
Planificar atividades de desenvolvimento cognitivo adequadas à maturidade cognitiva dos alunos com Necessidades Educativas Especiais	Promover o desenvolvimento curricular adaptado às capacidades cognitivas e emocionais dos alunos com N.E.E	Planificações anuais; Plano Anual de Atividades; PEIs de alunos com NEE; Projetos Curriculares de Turma; resultados escolares dos alunos com NEE
Promover uma inclusão social harmoniosa dos alunos com Necessidades Educativas Especiais	Promover o desenvolvimento curricular adaptado e uma inclusão social harmoniosa dos alunos que integram o Regime Educativo Especial	Planificações anuais; Plano Anual de Atividades; Projetos Educativos Individuais de alunos com NEE; Projetos Curriculares de Turma; protocolos/partenças com empresas, instituições e entidades; resultados escolares dos alunos com NEE

<p>Promover o acompanhamento e integração dos alunos com Necessidades Educativas Especiais no mercado de trabalho, através da elaboração de Planos Individuais de Transição</p>	<p>Difundir a plena integração dos alunos com N.E.E na comunidade através da sua inclusão no mercado de trabalho</p>	<p>PEIs; PITs; protocolos/partnerias com empresas, instituições e entidades; relatórios de Acompanhamento; relatórios dos serviços especializados de apoio educativo, dos professores de apoio e técnicos especializados (terapeutas e outros técnicos de apoio) e do psicólogo</p>
<p>Promover o desenvolvimento das capacidades motoras e intelectuais dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, através de um acompanhamento individualizado quer seja em salas específicas, quer seja em espaços escolares comuns como a Biblioteca</p>	<p>Manter ou aumentar o acompanhamento individualizado dos alunos com Necessidades Educativas Especiais de forma a promover o desenvolvimento das capacidades motoras e intelectuais</p>	<p>Planificações anuais; Plano Anual de Atividades; PEIs; relatórios dos serviços especializados de apoio educativo, dos professores de apoio e técnicos especializados (terapeutas e outros técnicos de apoio) e do psicólogo; número de alunos das Necessidades Educativas Especiais frequentadores das salas específicas e da biblioteca escolar; relatórios de atividades</p>

(Incentivar a interiorização de regras de civilidade tendo em vista o exercício de uma cidadania esclarecida)

Objetivos específicos	Metas	Indicador de avaliação
Dinamizar/Incentivar a participação cívica dos alunos em atividades de solidariedade social	Aumentar o número de eventos realizados em atividades de solidariedade social	Número de eventos realizados; número de participantes e envolvidos; quantidade de bens recolhidos
Incentivar a participação das crianças e jovens em atividades organizadas e desenvolvidas no âmbito de Clubes e serviços educativos	Aumentar a participação das crianças e jovens em atividades organizadas e desenvolvidas no âmbito de clubes e serviços educativos	Plano Anual de Atividades; número de projetos e clubes; tipo de projetos e clubes; número de participantes envolvidos nos clubes e atividades; impacto das atividades, projetos e clubes no currículo e no sucesso educativo dos alunos; relatórios de avaliação das atividades
Dinamizar e incentivar a participação dos alunos em projetos e atividades de cariz científico e cultural, em mostras de divulgação científica à comunidade e outras atividades vocacionadas para a Ciência	Aumentar a participação dos alunos em projetos e atividades de cariz científico e cultural, em mostras de divulgação científica à comunidade e outras atividades vocacionadas para a Ciência	Plano Anual de Atividades; número de atividades de divulgação científica e em articulação com o currículo realizadas (exposições, mostras científicas, palestras, concursos e competições, etc.); número de participantes e envolvidos nestas atividades; impacto destas atividades no currículo e no sucesso educativo dos alunos
Incentivar a expressão artística e musical, como elemento estruturante da personalidade, dinamizando clubes, palestras, exposições, workshops temáticos e outros eventos organizados pelos alunos	Aumentar a expressão artística e musical, como elemento estruturante da personalidade, dinamizando clubes, palestras, exposições, workshops temáticos e outros eventos organizados pelos alunos	Plano Anual de Atividades; número de atividades organizadas (saraus, exposições,...), número de clubes dinamizados; número de participantes e envolvidos em clubes e atividades de cariz artístico e musical; número de assistentes nestas atividades; impacto das atividades no currículo e no sucesso educativo dos alunos; relatórios de avaliação das atividades
Promover a educação para a saúde, sexualidade e afetos, de forma transversal, através das planificações dos currículos e do desenvolvimento de atividades de complemento curricular	Manter ou aumentar as atividades direcionadas para a promoção da saúde e de uma sexualidade responsável que envolva respeito por si e pelos outros.	Número de eventos promovidos pelo projeto Atitude para a saúde; planificações anuais; Planificações da Educação Sexual; Plano Anual de Atividades; número de rastreios/campanhas promovidos; número de participantes e envolvidos nas atividades; relatórios de avaliação das atividades

Promover a criação de estruturas indutoras do desenvolvimento do perfil relacionado com a cidadania ativa, social e ambiental, desportiva, cultural e académica e consequente participação dos alunos, docentes e comunidade	Manter ou aumentar o número de atividades e participantes que promovam o desenvolvimento do perfil relacionado com a cidadania ativa, social e ambiental, desportiva, cultural e académica	Plano Anual de Atividades; número de eventos realizados no âmbito do projeto Heranças; número de atividades ambientais, desportivas, culturais e académicas planeadas e desenvolvidas; número de clubes dinamizados; número de participantes e envolvidos nas atividades ambientais, desportivas, culturais e académicas; impacto das atividades no currículo e no sucesso educativo dos alunos; relatórios de avaliação das atividades
---	--	---

(Envolver encarregados de educação no processo educativo e na vida da comunidade educativa)

Objetivos específicos	Metas	Indicador de avaliação
Incentivar a participação dos Encarregados de Educação no processo educativo dos seus educandos, em articulação com os educadores, diretores de turma e/ou diretores de Curso	Aumentar a participação dos Encarregados de Educação no processo educativo dos seus educandos	Registos de contactos com Encarregados de Educação; número de reuniões com os Encarregados de Educação; atas de reuniões com Encarregados de Educação e Associação de Pais; taxa de participação dos Encarregados de Educação nas reuniões; número de contactos presenciais e telefónicos; número de comunicações escritas; questionários; relatório de atividades dos diretores de turma e/ou curso
Promover a participação das famílias nas atividades curriculares e não curriculares promovidas pela escola, através da dinamização de atividades e projetos direcionados para este público	Aumentar a participação dos Encarregados de Educação e das famílias nas atividades curriculares e não curriculares promovidas pela escola	Plano Anual de Atividades; número de atividades curriculares e não curriculares desenvolvidas com abertura à comunidade; relatórios de avaliação das atividades; número de familiares/pais/Encarregados de Educação participantes e envolvidos nas atividades; questionários às famílias
Apoiar a Associação de Pais e Encarregados de Educação na divulgação da sua missão, atividades e papel junto da comunidade educativa	Aumentar o número de membros da Associação de Pais	Atas de reuniões com a Associação de Pais; número de membros da Associação de Pais
Incentivar a participação dos parceiros estratégicos da Comunidade Educativa na vida da Escola	Aumentar o número de atividades que envolvam parceiros estratégicos	Plano Anual de Atividades; número de atividades realizadas para a comunidade; número de parceiros estratégicos a participar nas atividades; relatórios de avaliação das atividades; questionários aos parceiros

Promover o estabelecimento de protocolos e parcerias com diferentes entidades (Museus; Bibliotecas Municipais e Nacionais; Associações culturais, recreativas, ambientais e de solidariedade; escolas e instituições de formação e de ensino superior, nacionais ou estrangeiras; empresas e associações empresariais)	Aumentar o número de protocolos e/ou parcerias com diferentes entidades	Plano Anual de Atividades; número de parcerias e protocolos estabelecidos com instituições académicas, culturais e ambientais; número de atividades desenvolvidas com estas instituições; número de parcerias e protocolos estabelecidos com entidades para realização da formação em contexto de trabalho (FCT) dos alunos de cursos profissionais; número de formandos em FCT; resultados da FCT; relatórios de visitas de acompanhamento de FCT; número de participantes envolvidos nas atividades; impacto destas atividades no currículo e no sucesso educativo dos alunos; relatórios de avaliação de atividades; projetos (nacionais e europeus) submetidos, realizados e aprovados
Organizar atividades de mais-valia pedagógica-científica e iniciativas académicas, culturais, ambientais, cívicas, de caráter local, nacional e internacional, com impacto na comunidade educativa	Aumentar o número de atividades/iniciativas com abertura à comunidade	Plano Anual de Atividades; número de atividades/iniciativas de abertura à comunidade e em articulação com o currículo realizadas (exposições, mostras científicas, palestras, concursos e competições, etc.); relatórios de avaliação das atividades; número de participantes e envolvidos nas atividades; número de eventos promovidos pelos alunos; impacto das atividades no currículo e no sucesso educativo dos alunos
Promover o contacto dos alunos com a realidade laboral, através de simulações de situações em contexto real	Aumentar o contacto dos alunos com a realidade laboral	Número de protocolos com parceiros; número de atividades de prática simulada; número de estágios profissionais; classificação dos formandos na Formação em Contexto de Trabalho; número de eventos promovidos (por alunos e docentes) envolvendo a comunidade; número de participantes e envolvidos nas atividades; impacto destas atividades no currículo e no sucesso educativo dos alunos; avaliação do Plano Individual de Trabalho (PIT) abrangido pelos alunos do ensino especial
Reconhecer a importância da família e da escola no crescimento saudável da criança/ adolescente	Aumentar a cooperação dos encarregados de educação e família com o serviço de psicologia	Número de contatos dos encarregados de educação e família dos serviços de psicologia; número de presenças em sessões de esclarecimento

2. Práticas orientadoras da ação educativa

Procurando a coerência com a missão enunciada, com os valores e finalidades/metas estabelecidos e com os objetivos delineados, enumeram-se, de seguida, algumas práticas pedagógicas orientadoras e facilitadoras da concretização da ação educativa:

- ✓ Estabelecer padrões elevados de qualidade para o trabalho e ajudar a cumpri-los com persistência e tenacidade.
- ✓ Promover um ambiente em que o cultivo da língua portuguesa se desenvolva e em que todas as matérias, a todos os níveis, sejam instrumentos da aprendizagem do Português.
- ✓ Criar e ser receptivo a oportunidades de exploração do pensamento divergente (invenção, criação, inovação e originalidade), promovendo a sua participação ativa na aula e a expressão livre das suas opiniões confrontando-as com outras.
- ✓ Encorajar o positivo como forma de procurar a excelência.
- ✓ Promover a conceção, execução e divulgação de projetos originais no campo das ciências, das artes e das humanidades conducentes ao desenvolvimento de competências no sentido da inovação e da atualização.
- ✓ Proporcionar tempos e espaços académicos para o desenvolvimento de projetos, onde as várias áreas do saber se integrem e os vários métodos se apliquem visando sempre a cooperação e a reflexão.
- ✓ Promover o espírito de pesquisa em todas as disciplinas de modo a favorecer a atividade e curiosidade mais do que a absorção e reprodução acrítica.
- ✓ Promover atividades em que os alunos tenham ampla oportunidade de conviver entre si, com os professores, funcionários e comunidade envolvente.
- ✓ Aumentar o número de atividades formativas internas, de forma a proporcionar espaços de partilha das boas práticas e fomentar a cooperação e reflexão.
- ✓ Aumentar o número de solicitações às diversas instituições da comunidade para que colaborem na vida escolar, através do órgão escolar com competência para tal.
- ✓ Aumentar o número de atividades que envolvam oradores externos à escola.
- ✓ Estabelecer em cada departamento/grupo disciplinar um plano de ação para reduzir os níveis de insucesso nas diferentes áreas disciplinares.
- ✓ Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões, nomeadamente através de um Coordenador Geral de Projetos.

PARTE IV: AVALIAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo, “*Documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a função educativa.*” (art. 3º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão), deverá ser avaliado, de forma intermédia, no final de cada ano letivo, nas diferentes instâncias de orientação e decisão pedagógica (Assembleia de Escola, Conselho Executivo e Pedagógico, Departamentos Curriculares, Conselho de Diretores de Turma, Associação de Pais e Encarregados de Educação e Associação de Estudantes). Estas apreciarão globalmente a sua execução a partir dos Projetos Curriculares de Escola e de Turma, do Plano Anual de Atividades e do Regulamento Interno, debruçando-se sobre o cumprimento dos objetivos definidos. Este Projeto apresenta metas de execução para o triénio, contudo, o grau de concretização dos diferentes objetivos (Aumento do sucesso escolar; Interiorização das regras de civilidade, Aumento da participação dos Encarregados de Educação), será assim avaliado no final de cada ano letivo, recorrendo a uma análise atenta e aturada dos dados estatísticos recolhidos relativos às três áreas educativas de intervenção.

A avaliação contínua do Projeto visa a obtenção de um ensino qualificado, sendo, por isso, necessário verificar a pertinência de eventuais desajustes e corrigi-los. Em todo este percurso, o desenvolvimento das competências gerais deve estar sempre subjacente na sua construção e reformulação, procurando-se privilegiar, em cada momento, as estratégias facilitadoras para alcançar os objetivos definidos.

No final do período para o qual foi fixado, três anos, o grau de execução deste Projeto Educativo será alvo de uma avaliação final através de instrumentos a definir pelo Conselho Pedagógico. A sua divulgação processar-se-á da seguinte forma:

- ✓ em Reunião Geral de Professores
- ✓ em todas as escolas da Unidade Orgânica
- ✓ em cada Departamento Curricular
- ✓ na Associação de Pais e Encarregados de Educação
- ✓ na Associação de Estudantes
- ✓ em sede de parcerias estabelecidas
- ✓ na página da escola (Internet)

PARTE VI - APROVAÇÃO

Aprovado em reunião de reunião de Assembleia de Escola datada de _____ de _____ de 2017

O presidente,

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Rui – “Projetos Educativos: Elaboração, Monotorização e Avaliação – Guião de Apoio”, Agência Nacional para a Qualificação, I.P, 2011)

Inventário do Património Imóvel da Calheta, Direção Regional da Cultura, 2013

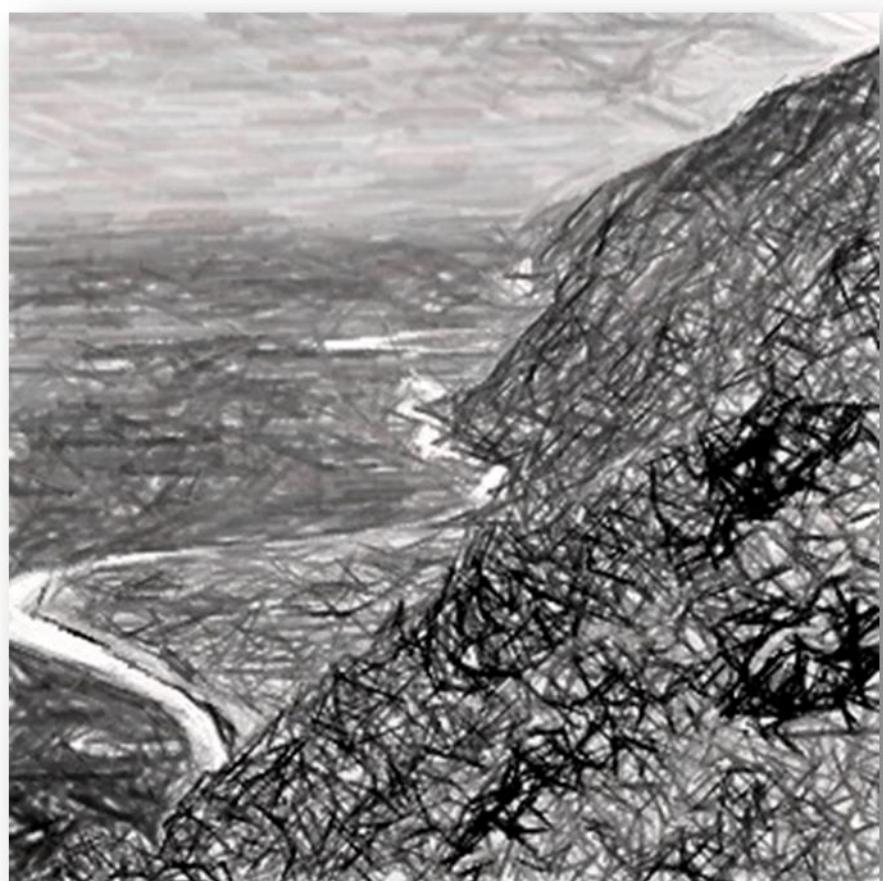
Anuários SREA, 2000, 2004 e 2008

Ministério da Educação (1999). Contributos para a Construção do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades da Escola ou Agrupamento de Escolas. Lisboa: Unidade de Acompanhamento do Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas.

Silva, E. A. A. (2000). Gestão Estratégica e Projeto Educativo. In Costa, J.A., A. N. Mendes, e A. Ventura, Liderança e Estratégia nas Organizações Escolares. Aveiro: Universidade de Aveiro

Outras Fontes

Escola Básica e Secundária da Calheta, Relatório de Autoavaliação
Relatórios dos grupos disciplinares.



Só a educação liberta.

Epicteto